

REPRESENTAÇÕES DO NEGRO LIVRE EM MACHADO DE ASSIS

Marina Rodrigues de Oliveira¹
Zélia Monteiro Bora²

Machado de Assis abordou, em vários gêneros literários, a exemplo do romance, conto, dramaturgia, crônica, aspectos relativos à sociedade brasileira e, em particular, à carioca.

Dentre os assuntos abordados pelo escritor, a escravidão é um dos que merecem um estudo mais atento, não apenas por ser uma temática recorrente na obra machadiana, como também pelo fato de refletir a postura crítica do escritor Realista a respeito do referido sistema.

Vários têm sido os estudos da Crítica Literária no tocante ao último aspecto (a postura crítica de Machado de Assis em relação ao sistema escravagista), dentre os quais se podem destacar os de Lúcia Miguel-Pereira (“Machado de Assis: estudo crítico e biográfico”), Raymond S. Sayers (“O negro na Literatura Brasileira”), José Aderaldo Castello (“Realidade e ilusão em Machado de Assis”), Jean-Michel Massa (“A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual”), Raymundo Faoro (“Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio”), Roberto Schwarz (“Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro”; “Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis”), John Gledson (“Machado de Assis: ficção e história”; “Por um novo Machado de Assis: ensaios”), Regina Zilberman (“Um caso para o leitor pensar”), Alfredo Bosi (“Machado de Assis: o enigma do olhar”), Massaud Moisés (“Machado de Assis: ficção e utopia”) e Alcides Villaça (“Querer, poder, precisar: _O caso da vara”).

Lúcia Miguel- Pereira e Jean-Michel Massa consideram que Machado de Assis foi um autor bastante indiferente à representação literária do negro, em seus escritos, posição esta reiterada pelas seguintes citações:

(...) Sem dúvida, muitos são os casos esporádicos, sem repercussão, em que o autor se encerra dentro dos limites do episódio, como nos dois contos em que trata da escravidão, *Pai contra mãe*, e o *Caso da Vara*. Aí parece ter querido isolar o caso da mulata Arminda ou da negrinha Lucrecia do problema da escravidão. (MIGUEL-PEREIRA, 1988, p. 226).

Tanto Machado de Assis se achava mergulhado no combate político quanto agora se escondia numa espécie de abstenção. Em posição de dificuldade, esperava, sem cessar de observar ou de se pôr ao corrente das peripécias. Espectador, assistia aos jogos da política, oferecendo sua opinião pessoal apenas quanto à técnica e às regras do jogo. (MASSA, 2009, p. 488).

Essa visão não é compartilhada pelos demais críticos: Raymond Sayers (1958, p. 393-4), por exemplo, cita a multiplicidade dos caracteres negros na obra de Machado de Assis, além de mostrar que a visão do escritor Realista em relação a estes não era de indiferença, mas de simpatia:

¹ Mestranda pela Universidade Federal da Paraíba, tendo por projeto de dissertação “Escravidão e resistência: a ironia como recurso estilístico no conto machadiano”.

² PhD, professora do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas sobre Identidade, Narrativa e Memória.

Não obstante, Machado de Assis tem mais caracteres negros do que qualquer escritor da vida urbana, e à galeria dos tipos negros encontrados na literatura brasileira ele acrescenta outros que são mais completos e satisfatórios do que quaisquer anteriores. Além do mais, quase sempre trata com simpatia os negros e seus problemas. Em 1860, pensando talvez em sua própria madrastra, louva a figura da mãe em *Mãe*, de José de Alencar, numa recensão em que também se refere favoravelmente ao *Uncle Tom's Cabin*. Em 1862, elogia o tema do drama antiescravista, *Haabas*, e em 1864, numa de suas *Crônicas*, louva um indivíduo que compra em leilão uma triste negrinha com a intenção de alforriá-la. Em 1876, satirizou um homem que suspirava pelos bons tempos em que os escravos eram tratados a chicote, e em 1877 ridicularizou outro que havia emancipado um escravo com sessenta e cinco anos de idade e que havia escrito para a imprensa sobre o seu ato meritório. Em 1876, louva os Estados Unidos da América por se terem engrandecidos depois da guerra civil com terem ___ estirpado uma detestável instituição social...'. Nessas crônicas, vazadas sempre a uma luz humorística, é sempre grave ou satírico em suas referências à escravidão. Em 1887, escreveu um poema satírico em dialeto negro criticando os debates parlamentares sobre a situação dos negros; nesse poema, um negro diz que toda aquela falação não melhorará sua posição (...)

José Aderaldo Castello (2008, p. 35-6), além de destacar a importância do processo de composição das personagens, enfatiza o quanto Machado de Assis era comprometido com os acontecimentos de sua época - comprometimento este que será assunto do ensaio "Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade", publicado, pela vez em 1873:

Note-se sempre presente o compromisso do escritor com a época. Machado de Assis ressaltaria mesmo, como exigência a ser imposta pelo crítico, essa do escritor fazer-se _homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço'. Porque é o sentimento interior do próprio país, em comunhão com a capacidade do escritor de apreender e comunicar ao mesmo tempo o contemporâneo e o universal da natureza humana, que o tornam figura expressiva do seu povo, da sua época e da humanidade. Subestima, por isso mesmo, os _localismos', os _tipismos', os valores transitórios ou circunstanciais, que se deixam superar sem marcas, ou que limitam e tornam efêmera a obra de arte. Mas se é indispensável, conjetura o crítico, que o escritor, _para ser do seu tempo e do seu país, reflita uma certa parte de hábitos externos, e das condições e usos peculiares da sociedade em que nasce', por sua vez a qualidade da obra de arte requer _que o poeta aplique o valioso dom da observação a uma ordem de idéias mais elevadas'. Em outras palavras, é indispensável que o escritor traduza algo de substância universal da natureza humana, em qualquer situação enfrentada, ao mesmo tempo que saiba ser de seu povo e de sua época sem que este compromisso sobrepuje ou restrinja aquela universalidade da criação artística. Fuja, então, à vulgaridade, à reprodução da vida pela reprodução da vida, do documentário que dá relevo a fatos acessórios, fortuitos ou acidentais e que despertam quando muito o interesse da curiosidade. Daí a conhecida restrição de Machado de Assis aos processos realistas em voga, conforme as críticas que escreveu sobre os dois primeiros romances de Eça de Queirós.

Esse compromisso, adotado por Machado de Assis e bastante presente em suas obras, permitirá à Crítica Literária, a partir da década de 1970, mais precisamente 1974, data de publicação da obra “Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio”, de Raymundo Faoro, analisar a obra machadiana sob a perspectiva da representação das relações sociais e, com isso, abordar, também, a temática da escravidão:

(...) a escravidão existe, na obra de Machado de Assis, independente dos sentimentos. O entusiasmo abolicionista, a piedade com a sorte do escravo, o protesto contra o mau trato, não encontrarão nenhum eco na palavra do escritor, senão em expressões palidamente convencionais. Paira sobre os destinos individuais o tecido de ferro de um sistema, a instituição servil, fixamente enraizada na história, na sociedade e na economia. O arcabouço exterior explica tudo e faz calar a revolta, submersa na ordem social, que a própria poesia incorporou, num e noutro fio mais ardente. (...) A ordem social absorve, para subsistir, o grotesco e o cruel, a piedade e a solidariedade. Cedem a ela todas as considerações humanas, sob o pressuposto não declarado de que ela era necessária diante dela o homem é impotente. (FAORO, 2001, p. 362).

Nesse trabalho, serão analisadas duas obras de Machado de Assis que abordam a figura do negro livre: o conto “Encher tempo”, publicado, pela primeira vez, em 1876, e o romance “Iaiá Garcia”, datado de 1878, visando observar como os personagens Tia Mônica e Raimundo são representados.

Antes, porém, de adentrar as análises críticas das referidas obras, faz-se necessário contextualizá-las historicamente.

O sistema escravocrata, que perdurou, no Brasil, do século XVI ao XIX, passou por diversas fases, que estiveram atreladas aos diferentes ciclos econômicos (cana-de-açúcar, fumo, ouro, diamantes, algodão, especiarias e café) e, com isso, diferentes tipos de escravos aportaram no país, fato este que irá influenciar na representação do negro na literatura nacional.

As primeiras referências à figura do negro, na Literatura Brasileira, encontram-se presentes em relatos escritos por nomes como José de Anchieta – que escreveu a obra “Informações dos primeiros aldeamentos” (1584) – e Gabriel Soares de Sousa, autor de “Diálogos das grandezas do Brasil” (1618), como assinala Sayers (1958, p. 63-4):

(...) Em sua [de José de Anchieta] obra *Informação dos Primeiros Aldeamentos*, publicada em 1584, faz o que se pode dizer a primeira referência a uma rebelião de escravos. Foi debelada com a ajuda dos índios com cuja assistência se podia sempre contar na captura dos negros fugidos e na sua devolução aos proprietários. Se não chegou em nenhum dos seus escritos a condenar a escravidão negra, preocupou-se com a salvação de suas almas. É o primeiro escritor a criticar os senhores que não permitiam aos negros levar vida de cristão (...).

(...) Os negros interessavam tão-somente pelo seu valor econômico ou pelo seu pitoresco. São alimentados com milho, como os cavalos e outros animais, e têm uma desordenada propensão pelas bananas – como hoje em dia se afirma com relação aos macacos. São geralmente cobertos de uma espécie de piolho, proveniente da vida imunda que levam, piolho que também se encontrava entre os brancos pobres. Quanto ao mais, Gabriel Soares de Sousa nada tem que dizer

sobre o negro, e, embora tome conhecimento de particularidades que escapam a Anchieta, pode-se afirmar que ele falhou no considerar o negro como objeto digno de observação.

Observam-se, pois, as diferentes visões apresentadas pelos escritores: enquanto José de Anchieta apresentava uma postura de preocupação com os negros, embora não condenasse a escravidão, Gabriel Soares de Sousa apresenta o africano sob um viés animalesco, ao compará-lo a cavalos e outros animais, limitando-o a mero objeto de observação.

A visão do negro enquanto criatura bestial, apresentada por Gabriel Soares de Sousa, estará, também, presente nos poemas de Gregório de Matos, conforme salientam Guimarães & Moreira (2007, p. 3):

(...) Este é, inclusive, um dos lugares-comuns que encontramos na poesia satírica produzida na Bahia do século XVII e atribuída a Gregório de Matos e Guerra no que se refere ao negro africano e seus descendentes na América portuguesa (...).

Tal postura, adotada tanto por Soares de Sousa, quanto por Gregório de Matos, será, ainda de acordo com Guimarães & Moreira (2007, p. 2-3), fruto de um processo, iniciado nos Seiscentos, no qual a figura do negro começará a ser associada à escravidão:

(...)

A esta altura já se tornara inconcebível para os europeus escravizarem-se uns aos outros – ainda que fossem rivais históricos – porque cristãos. Ao mesmo tempo, as plantations americanas careciam de mão-de-obra escrava. As alegações de idolatria, barbarismo, antropofagia, passionalidade, docilidade e falta de inteligência a respeito dos africanos agiram no sentido de naturalizar sua escravização. Diante de tal conjuntura é que, no Seiscentos, escravo já se tornara indissociável de negro.

Somente a partir do século XVIII, com o advento das ideias Iluministas, é que a escravidão passará, pelo menos na Europa, a ser questionada, fato que não ocorrerá no Brasil, conforme salienta Costa (2008, p. 14-5):

(...)

Enquanto na Europa a revolução burguesa produzia seus frutos, no Brasil, os colonos que se sentiam cada vez mais reprimidos pela política metropolitana acolhiam com entusiasmo as novas idéias revolucionárias. No bojo dessas idéias havia, entretanto, algumas contradições fundamentais. Como conciliar o direito de propriedade que os senhores tinham sobre seus escravos com o direito que os escravos tinham (como homens) à sua própria liberdade? Como conciliar a sujeição do escravo com a igualdade jurídica, que, segundo a nova filosofia, era um direito inalienável do homem?

Muito cedo os escravos e os negros livres perceberam o significado revolucionário das novas idéias. Muito cedo, também, os senhores de escravos deram-se conta do dilema que a prática revolucionária criava.

(...)

Essa preocupação não era infundada, como ficou demonstrado alguns anos mais tarde. Em 1798, mulatos e pretos livres e escravos foram condenados na Bahia

por defenderem os abomináveis princípios franceses e por tramarem contra os poderes constituídos. Os revolucionários da conjura baiana (como muitos outros revolucionários daí por diante) não tinham lido os autores da Ilustração: Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Raynal, que tanto entusiasmavam os intelectuais da época, mas tinham entendido, à sua maneira, a mensagem de liberdade e igualdade que a nova ideologia revolucionária continha. Certamente pouco sabiam sobre a França ou sobre os franceses, mas tinham feito destes símbolos de almejada liberdade. A repressão desencadeada contra os que defendiam os princípios franceses parecia confirmar ainda mais a validade desses símbolos. As autoridades identificavam-se com a opressão, os novos princípios, com a liberdade. Dessa forma, a própria repressão contribuiu para dar maior força a essas idéias.

Nesse período, que corresponde ao Arcadismo brasileiro, não se observou, por parte dos escritores – que eram conhecedores das ideias Iluministas – a incorporação do fim do cativo negro, nem mesmo em ações voltadas para a construção de um suposto ideário nacional.

O século XIX será de fundamental importância para a ampliação da representação do negro na Literatura devido a fatores como a emergência do nacionalismo literário, a gradativa importância do africano para o processo de Abolição, além da pressão de países estrangeiros, como a Inglaterra, para o fim da servidão, e o aparecimento de autores que vão lançar novos olhares para a condição do cativo.

No tocante a esse último aspecto, Machado de Assis se destaca, uma vez que adota uma perspectiva distinta da então em voga, que se caracterizava por representar o negro por meio de atributos negativos, conforme assinala Duarte (2007, p. 252):

(...) os estereótipos do escravo vingativo e assassino, do feiticeiro deformado física e moralmente ou da mucama pervertida que destrói a família do senhor, estão presentes em *Vítimas e algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo; já a mulata assanhada, que seduz e leva o português à perdição, destaca-se nas páginas de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo; e o negro de alma branca, reduzido a cão fiel ao senhor, ajuda a compor a figura do preto Domingos, personagem de José do Patrocínio em *Mota Coqueiro*. Apesar de condenarem explicitamente a escravidão e de se envolverem na campanha abolicionista, que, inclusive, tem em Patrocínio um de seus líderes, tais autores deixam aflorar em seus textos as marcas discursivas oriundas do pensamento racial hegemônico (...).

Em lugar desses atributos, a visão machadiana vai lançar a perspectiva da opressão sofrida pelos escravos, fato que está presente em obras como “Memórias póstumas de Brás Cubas” (na relação entre Brás Cubas / Prudêncio), nos contos “O caso da vara”, “Pai contra mãe” e “Mariana” – nos quais se defrontam, respectivamente, os personagens Lucrecia / Damião, Cândido Neves / Arminda e Mariana / Coutinho. Em relação, particularmente, ao conto “Mariana”, Chalhoub (2003, p. 162-3) afirma:

(...) Machado escolheu enfatizar não a ameaça que os escravos representavam para os senhores, mas o sofrimento que os senhores causavam aos escravos. Assim, Mariana emerge como personagem sofrida, dilacerada, porém portadora de cultura, capaz de atos de dignidade e autonomia, algo dramatizado com o suicídio no final. Por um lado, a visão de Machado parece convergir em parte com argumentos dos opositores da lei da reforma servil: a experiência da

escravidão não produzia a desumanização radical dos cativos, como argumentavam alguns emancipacionistas. Por outro lado, isso não significava que a escravidão no Brasil era ‘doce’, no argumento hilário de vários deputados contrários ao projeto. Machado enfatiza o sofrimento real que a escravidão causava aos escravos, ao mesmo tempo em que reconhecia os fortes interesses sociais a ela associados. (...)

As relações entre senhores e seus servos não serão apenas marcadas pelo sofrimento. Há, também, nas obras machadianas, representações de negros que são bastante próximos de seus amos, sendo alguns livres, como ocorre nas narrativas “Encher tempo” (1876) e “Iaiá Garcia” (1878), nas quais se destacam, respectivamente, as personagens Tia Mônica e Raimundo.

A condição de “liberdade” dessas personagens, ainda que relativa – uma vez que se percebe, em alguns trechos, que continuam a ser tratadas de modo servil – reflete a própria estrutura da sociedade escravocrata brasileira, na qual o trabalho servil era realizado tanto pelos escravos domésticos, quanto pelos libertos, sem grandes distinções:

(...) O comportamento do liberto continua a ser o mesmo do seu irmão escravo; ele ganha dinheiro, suas atitudes se assemelham, na medida do possível, às dos senhores, especialmente face aos próprios escravos. Mas ele continuará a dever obediência, humildade e fidelidade aos poderosos. Entre estes, reencontra seu ex-senhor e todos os que animam uma mentalidade senhorial. Como o irmão escravo, o liberto deverá trabalhar e fazê-lo nos ofícios e serviços reservados aos grupos sociais inferiores. (...). (MATTOSO, 1988, p. 206).

Inseridos nessa condição de semiliberdade, estão Tia Mônica e Raimundo: a primeira é uma espécie de mãe adotiva de Lulu, jovem branca que vive sob os cuidados do tio, o padre Sá, sendo, dessa forma, quase uma corresponsável pela educação da moça; já o segundo é uma espécie de “mordomo” na casa de Luís Garcia, tendo, dentre outras atribuições, a de cuidar da filha do patrão, Iaiá.

Embora ambas as obras abordem, como já destacado, a figura do negro livre, Sayers (1958, p. 397-8) destaca que o desenvolvimento das personagens Tia Mônica e Raimundo dá-se de forma distinta:

O único retrato de corpo inteiro feito de um negro por Machado de Assis é encontrado no romance *Iaiá Garcia*, publicado em 1878. Raimundo é um escravo fiel cuja lealdade continua depois mesmo de ser lhe dar a liberdade. Em ‘Encher Tempo’, conto de publicação póstuma, Machado de Assis esboça um retrato de uma escrava liberta. Mônica fora mãe adotiva de sua senhora, Lulu, e a trata com carinhos e desvelos que teria para verdadeira filha, chegando mesmo a sacrificar seu conforto e paz de espírito em favor da menina. Mas como é personagem secundária no conto, o autor não pode desenvolver sua personalidade como o faz com Raimundo, em *Iaiá Garcia*.

É preciso observar, entretanto, que mesmo não sendo, de forma análoga a Raimundo, uma personagem central na narrativa, a personalidade de Tia Mônica é, sim, desenvolvida por Machado de Assis, ainda que por pequenos índices, a exemplo do caminhar:

(...)

Era uma hora quando o som pausado e seco de uma chinela soou nas pedras da rua. Lulu adivinhou o passo de tia Mônica; foi à janela; um vulto aproximava-se da porta, parou, abriu cautelosamente com a chave que levava e entrou. A moça respirou; mas à primeira incerteza sucedia uma segunda. Era muito ver a preta de volta; restava saber o que acontecera. (MACHADO DE ASSIS, 1962, p. 455).

No trecho ‘(...) o som pausado e seco de uma chinela’, percebe-se que a saída de tia Mônica foi furtiva, às escondidas, tendo sido provocada pelo desejo de Lulu em saber o resultado do encontro de seus dois potenciais pretendentes, Pedro e Alexandre. O fato de tia Mônica sair para “cumprir um mandato” de Lulu reforça a condição servil da relação existente entre ambas, ainda que aparentemente revestida por um caráter de familiaridade, conforme assinala o trecho que segue o anteriormente citado:

(...)

Tia Mônica subiu as escadas, e já achou no patamar a sinhá moça, que a fôra esperar ali.

- Então? perguntou esta

A resposta da preta foi nenhuma; travou-lhe da mão e encaminhou-se para o quarto da moça.

- Ah! sinhá Lulu, que noite! exclamou tia Mônica.

- Mas diz, diz, que aconteceu?

A preta sentou-se com a liberdade de uma pessoa cansada e velha, e quase mãe daquela filha. Lulu pediu-lhe que dissesse tudo e depressa.

Depressa, era exigir muito da pobre Mônica, que além da idade, tinha o sestro de narrar pelo miúdo os incidentes todos de um caso ou de uma aventura, sem excluir suas próprias reflexões e as circunstâncias mais alheias ao assunto da conversação (...). (MACHADO DE ASSIS, 1962, p. 455).

O binômio servilidade /familiaridade também estará presente em “Iaiá Garcia”, por meio da relação travada entre Raimundo e os Garcias, especialmente Iaiá. Logo no começo do romance, Raimundo é apresentado como um “bem” da família Garcia, conforme assinala o trecho a seguir:(...)

Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia. Era um preto de cinqüenta anos, estatura mediana, forte apesar de seus largos dias, um tipo de africano, submisso e dedicado. Era escravo e livre. Quando Luís Garcia o herdou de seu pai, - não avultou o espólio -, deu-lhe logo carta de liberdade. Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o atrevimento; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu.

- És livre, disse Luís Garcia; viverás comigo até quando quiseres. Raimundo foi dali em diante um como espírito externo de seu senhor; pensava por este e refletia-lhe o pensamento interior, em todas as suas ações, não menos silenciosas que pontuais. Luís Garcia não dava ordem nenhuma; tinha tudo à hora e no lugar competente (...). (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 3).

Situação semelhante à de Tia Mônica, assim narrada:

(...)

A tia Mônica, de quem se falou em um dos capítulos anteriores, era uma preta velha, que havia criado a sobrinha do padre e a amava como se fôra sua mãe. Era liberta; o padre deu-lhe a liberdade logo que morrera a mãe de Lulu, e Mônica ficou servindo de companheira e protetora da menina, que não tinha outro parente, além do padre e do primo. Lulu nunca adoecera gravemente; ao vê-la naquele estado, a tia Mônica ficou desatinada (...). (MACHADO DE ASSIS, 1962, p. 433).

Já na apresentação, percebe-se que tanto Raimundo quanto Tia Mônica eram “crias” das casas em que trabalhavam, estando presentes nas famílias há muitos anos, fato bastante comum na sociedade escravagista, na qual os negros eram tidos como bens materiais, constando, portanto, nos testamentos:

(...) Numa sociedade escravagista, escravos e animais encontram-se em muitas vezes em lugar semelhante no que tange à estrutura legal e até às representações sociais: num inventário *post-mortem*, por exemplo, escravos e animais aparecem lado a lado como os bens semoventes do senhor/proprietário (...) (CHALHOUB, 2003, p. 32).

Ainda pelos trechos das obras acima assinalados, vê-se que ambos os personagens recebem a alforria apenas quando chegam a uma idade avançada, fato que pode ser entendido como uma crítica às práticas empreendidas pelos senhores da época, conforme assinala Chalhoub (2003, p. 51):

(...) um dos aspectos centrais da política de domínio na escravidão, pelo menos até 1871, era o fato de que o ato de alforriar consistia em prerrogativa exclusiva dos senhores. Em outras palavras, cada escravo sabia bem que, excluídas as fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. A idéia era convencer os escravos de que suas chances de alforria passavam necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos proprietários. Além disso, conforme o exemplo notável do africano Raimundo em *Iaiá Garcia*, a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários.

A fidelidade e submissão, citadas por Chalhoub, estão presentes nas duas narrativas, geralmente associadas aos momentos em que os senhores se encontram em situações de grande conflito. Em “Encher tempo”, Tia Mônica oculta, para o padre Sá, sua fuga, tentando, dessa forma, proteger Lulu:

(...)

Preferiu [o padre Sá] repreender a tia Mônica, depois de a interrogar [a tia Mônica] acerca dos sucessos da véspera. A preta negou tudo, e mostrou-se singularmente admirada com a notícia de que ela havia saído de noite; o padre,

porém, soube fazê-la confessar tudo, só com lhe mostrar o mal que havia em mentir. Nem por isso ficou sabendo muito; repreendeu a preta, e foi dali escrever uma cartinha ao sobrinho. (MACHADO DE ASSIS, 1962, p. 458).

Em “Iaiá Garcia”, Raimundo tem um papel fundamental para o desfecho da narrativa, uma vez que consegue reconciliar, ainda que parcialmente, Iaiá com seu noivo, Jorge: (...)

Iaiá foi ter com Raimundo:

- Entregaste [a carta]?

-Não entreguei, disse o preto.

Iaiá ficou alguns instantes imóvel. Raimundo tirou a carta do bolso, e esteve com elas nas mãos, sem atrever-se a levantar os olhos; levantou-os enfim e disse resolutamente:

- Raimundo não achou bonito que Iaiá escrevesse àquele homem [a Procópio Dias, aspirante a pretendente de Iaiá e responsável pela separação entre a jovem e Jorge], que não é seu pai nem seu noivo e voltou para falar a nhã Estela [madrasta de Iaiá].

- Dê cá, disse a moça secamente; não é preciso.

Raimundo entregou-lhe a carta, e sacudiu a cabeça encanecida, como se quisesse repelir os anos que sobre ela pesavam, e retroceder ao tempo em que Iaiá era uma simples criança, travessa e nada mais. Tinha-lhe custado para obedecer à filha do seu antigo senhor, e três vezes recuara, até que venceu nele o pressentimento, - uma cousa que lhe martelava no coração, dizia ele daí a pouco a Estela, quando lhe referiu tudo (...). (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 166-7).

Tanto tia Mônica quanto Raimundo são cúmplices de seus senhores, mesmo que não estejam de acordo com as atitudes desses. Ambos, dessa forma, são representações da boa influência que os negros poderiam vir a exercer nas famílias de seus senhores, conforme destaca Sayers (1958, p. 399):

(...) Raimundo [e também tia Mônica] representa [m] a influência sadia e benéfica que o negro livre poderia exercer no seio de uma família branca, talvez no seio da sociedade branca. É a resposta ao Pedro, *demônio* de José de Alencar. Se Machado não pintou outro personagem como Raimundo, foi talvez porque, por ser o artista que era, não quis repetir-se, pois, com exceção de servidores, não tinha meios de introduzir com lógica outros tipos negros nos romances sobre as classes superiores do Rio.

Essas caracterizações retomam a figura do negro fiel, tipo já existente em outras obras literárias, a exemplo do velho Domingos, personagem do romance “Mota Coqueiro”, de José do Patrocínio e, além disso, permitem observar como as relações senhor / escravo são constituídas e representadas.

Viu-se, ainda, que por meio de sua obra, Machado de Assis conseguiu se destacar em meio aos demais autores de sua época, uma vez que abordou o negro sob uma nova perspectiva, incluindo tanto o sofrimento pelo qual passava, quanto a condição de livre, representada pelos personagens Tia Mônica e Raimundo, das obras “Encher tempo” e “Iaiá Garcia”, mostrando o quanto essa liberdade era ambígua, uma vez que, apesar de libertos e de serem, teoricamente, tidas como pessoas das famílias às

quais serviam, essas personagens ainda se encontravam sujeitas às mesmas condições do cativo, especialmente quando assim convinha aos seus senhores.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. Encher tempo. In: *Histórias românticas*. São Paulo: Editora Mérito, 1962, p. 433, 455, 458.
- _____. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Globo, 1997, p. 3; 166-7.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Realidade & ilusão em Machado de Assis*. 2.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 35-6.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 32; 51; 162-3.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 14-5.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afro-descendente – escritos de caramujo (antologia)*. 2.ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007, p. 252.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001, p. 362.
- GUIMARÃES, Jerry Santos; MOREIRA, Marcello. *Os africanos na Sátira Seiscentista Atribuída a Gregório de Mattos e Guerra*. In: Anais do I SETHIL. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 2-3; 3.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de uma biografia intelectual*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 488.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 206.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 226.
- SAYERS, Raymond S. *O negro na literatura brasileira*. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958, p.63-4; 393-4; 397-8; 399.